

1 **EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA –**
2 **10ª REGIÃO – MG**
3 **8ª SESSÃO Ordinária**

4 No 22º (vigésimo segundo) dia do mês de agosto de 2016 em sua sede, à Rua Paraíba, 777,
5 realizou-se a **8ª Sessão Plenária Ordinária** do Conselho Regional de Economia – 10ª Região –
6 MG, com a presença dos Conselheiros Regionais e Economistas: Antônio de Pádua Ubirajara e
7 Silva, Adriano Miglio Porto, Paulo Roberto Paixão Bretas, Marcio Lana da Silva, Gustavo
8 Aguiar Pinto, Lourival Batista de Oliveira Junior, Pedro Paulo Moreira Pettersen, Daniela
9 Almeida Raposo Torres. A abertura dos trabalhos ocorreu às 17 horas e 30 minutos em primeira
10 convocação, deu-se início à reunião com a palavra, o Presidente do CORECON-MG, o
11 Economista Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, presidindo a mesa, convidou para assessorar a
12 plenária o Gerente Executivo Loir Vasconcelos e a assessoria técnica, Dra. Gabriela Ferrari
13 Veras.

14 **I- EXPEDIENTE:**

15 **1. LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA 7ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA:**

16 Após a leitura e alteração de alguns pontos a ata foi aprovada por unanimidade.

17 **2. RELATOS DO COFECON:** O presidente informou que frente à paralisação da análise e
18 condução do PLS 68/2007, o COFECON está discutindo acerca da melhor estratégia a ser
19 adotada, tendo em vista que o relator do PLS no Senado não dá andamento ao mesmo, para ser
20 votado na CAS. Assim, as energias continuarão canalizadas para tentar vencer essa última etapa
21 que falta, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, quando então o PLS iria à Câmara já
22 com a força de ter sido aprovado em uma das casas.

23 Informou também sobre as eleições 2016, onde o Corecon-RJ será o único que não aderiu ao
24 webvoto e que conduzirá por lá, seu processo eleitoral.

25 Na oportunidade, informou também que o cadastro nacional de peritos terá resolução própria e
26 que será publicada nos próximos noventa dias.

27 Por outro lado, esclareceu que haverá concurso nacional para servidores e cadastro reserva,
28 objetivando redução de custos para os conselhos regionais.

29 Informou também que o Since deste ano focará a temática da redução da desigualdade.

30 Esclareceu também que o Corecon-ES questionou o não apoio do Corecon-MG ao evento
31 Enesud, que aconteceu neste ano em Vitória onde foi informado que o Corecon-MG não possui
32 recursos que poderiam apoiar. Ao invés da liberação de recurso financeiro, o vice-presidente,
33 econ. Pedro Paulo Pettersen que participou com palestrante e o conselho arcou com todos os
34 custos de sua ida e desta forma, contribuiu naquilo que podia.

35 **3. CBE 2017:** O presidente abordou sobre as providências relacionadas ao evento e informou
36 que seguindo o deliberado na 7ª plenária que será contratado um profissional em cargo
37 comissionado para ser o responsável pelo CBE 2017 no mês de setembro de 2016 e também o
38 procedimento de licitar a empresa que organizadora o evento. Informou também sobre as
39 providências para a finalização da produção do vídeo do CBE que será apresentado na abertura
40 do Since 2016 e a linha criativa adotada pela empresa contratada. Por outro lado, o vice-
41 presidente, econ. Pedro Paulo Pettersen pontuou sobre o atraso no cronograma do evento e que o
42 acordado não vem sendo respeitado e que isso necessita de ser justificado junto à plenária.
43 Retornando ao presidente, este informou que as comissões estão seguindo o acordado e que tal
44 assunto para ser discutido em detalhe seja transferido para a reunião extraordinária que
45 acontecerá no dia 12 de setembro. Novamente o vice-presidente pontuou que o cronograma está
46 atrasado em setembro de 2016. O conselheiro Paulo Roberto Paixão Bretas, solicitou a palavra e

47 pontuou a necessidade de se ajustar e alinhar o prazo do cronograma e fortaleceu que a palavra
48 chave para o CBE 2017 seja desenvolvimento. A partir daí, o presidente passou a palavra para o
49 convidado especial, o presidente da comissão científica do CBE 2017, o economista Cândido de
50 Lima Fernandes que juntamente com o vice-presidente, econ. Pedro Paulo Pettersen, pontuaram
51 sobre o ajuste na grade|tabela do CBE, com o mesmo padrão do CBE de Curitiba. Abordaram
52 também em abrir espaços para o ambiente empresarial. O cons. Adriano Miglio sugeriu a
53 temática capital-trabalho. Outras providências e discussões complementares serão abordadas na
54 Sessão Extraordinária.

55 **4. QUESTÕES FUNCIONAIS** - O presidente informou sobre ação coletiva movida pelos
56 servidores e solicitou a assessoria técnica apurar e apresentar em detalhes na reunião extraor-
57 dinária que acontecerá no dia 12 de setembro.

58 **5. AGENDA ECONÔMICA - A próxima edição do Agenda será distribuída no final deste**
59 **mês e o presidente solicitou sugestões de pauta para as próximas edições, objetivando**
60 **atender ao cronograma estabelecido para essa publicação.**

61 **6. SEXTA ECÔNOMICA** – Foi informado pela presidência que a próxima edição do programa
62 que acontecerá no próximo dia 26 de agosto completa o seu primeiro ano e que o tema será a
63 Reforma Trabalhista, com o auditor do Ministério do Trabalho, Marcelo Gonçalves Campos e
64 com a mediação do Conselheiro Paulo Roberto Bretas. Para setembro já está agendada com o
65 economista Rodrigo de Oliveira Perpétuo, da Assessoria de Relações Internacionais do governo
66 de Minas Gerais e a gerência executiva já está providenciando todos os procedimentos de
67 divulgação junto à Outono Comunicação.

68 **7. APOIO ANGE** - A plenária deliberou pelo apoio de R\$ 1.000,00 e solicitou à gerência
69 executiva dar seguimento ao pedido. Foi enfatizado também que se cumpra todos os proce-
70 dimentos para o registro e liberação dos recursos.

71 **8. CARTA DE SOLIDARIEDADE AO ECONOMISTA PAULO BRANT** - O presidente
72 explicou sobre os motivos da publicação da mesma.

73 **9. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO TRIMESTRE, EXERCÍCIO 2015 e**
74 **ORÇAMENTO 2016** – Com a palavra, o vice-presidente, econ. Pedro Paulo Pettersen solicitou
75 informações sobre o atraso da prestação de contas do exercício de 2015, inclusive informando
76 que o Cofecon afirmou que o Corecon-MG era o único inadimplente com a prestação de contas
77 do 3º trimestre e do exercício de 2015, bem como a proposta orçamentária para o exercício de
78 2016 e o 1º trimestre de 2016. A presidência informou que as explicações junto ao COFECON
79 já tinham sido enviadas, levando-se em conta o parecer da assessoria técnica, Dr. Gabriela
80 Ferrari Veras, que é relatado a seguir:

81 É de conhecimento de todos que o Contador responsável pela contabilidade do
82 CORECON-MG faleceu e tal motivo gerou a demora para a conclusão da Prestação de contas de
83 2015, bem como da Proposta Orçamentária para 2016.

84 Diante desta dificuldade a Prestação de contas de 2015 foi concluída no mês de agosto,
85 prazo dilatado pelo Conselho Federal e de conhecimento do Tribunal de Contas da União.

86 O Orçamento para o ano de 2016 não fora aprovado, pois há necessidade dos dados da
87 prestação de contas do ano de 2015 para sua elaboração, conforme dispõe a Lei nº 4320/64.

88 Veja:

89 *Art. 22. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos*
90 *prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á:*

91 *I - Mensagem, que conterà: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira,*
92 *documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais,*

93 *restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política*
 94 *econômica-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no*
 95 *tocante ao orçamento de capital;*

96 *II - Projeto de Lei de Orçamento;*

97 *III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em*
 98 *colunas distintas e para fins de comparação:*

99 *a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a*
 100 *proposta;*

101 *b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;*

102 *c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;*

103 *d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;*

104 *e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e*

105 *f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.*

106 *IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em*
 107 *têrmos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos servi-*
 108 *ços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.*

109 *Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa,*
 110 *descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.*

111 *Art. 30. A estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior*
 112 *à arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos bem como as circunstâncias de ordem*
 113 *conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita. (Grifo nosso)*

114 Assim, a Proposta Orçamentária para o ano de 2016 não poderia ser elaborada por
 115 ausência de elementos e dados essenciais para sua composição, já que não havia a conclusão da
 116 Prestação de Contas do ano de 2015.

117 Sendo assim, não há que se falar em Atos de Improbidade Administrativa, mas sim em
 118 irregularidades, na medida em que a ausência de Orçamento Formal para o ano de 2016 não
 119 causa qualquer tipo de prejuízo ao erário e tal ato tem bases legais para sua prática não
 120 afrontando o Princípio da Legalidade e nem da Moralidade.

121 Cabe ressaltar que o mesmo diploma legal, Lei nº 4320/64, com o intuito de não engessar
 122 a Administração Pública, orienta o Gestor Público de como proceder caso não haja Orçamento
 123 aprovado.

124 Veja:

125 *Art. 32. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis*
 126 *Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento*
 127 *vigente.*

128 Segundo dispõe a Doutrina, as Leis Orçamentárias Federais e o dispositivo citado acima,
 129 na ausência de orçamento aprovado o Gestor poderá gastar 1/12 do orçamento anterior pro rata
 130 mês.

131 Veja a tabela comparativa para os anos de 2015 e 2016:

ANO	VALOR	
2015	R\$972.218,23	período de janeiro a agosto
2016	R\$784.721,14	período de janeiro a agosto

132 Cumprе salientar que até o presente momento o Conselho Regional de Economia gastou
 133 bem menos do previsto de 8/12 do orçamento de 2015, demonstrando, mais uma vez que o
 134 Ordenador de Despesa segue o disposto na Lei e respeita os Princípios Constitucionais que
 135 regem a Administração Pública.

136 Contudo, diante do questionamento apresentado na reunião do Espírito Santo será encaminhado
 137 ao COFECON um QUARTO ofício solicitando a dilação do prazo para a entrega da Proposta
 138 Orçamentária de 2016 com data limite de 15/09/2016, apresentando os motivos e bases legais já
 139 explicitados no documento enviado ao COFECON. O presidente informou que o COFECON já
 140 está enviado ofício formalizando tais situações e concedeu a palavra à Comissão de Tomada de
 141 Contas, os Economistas Daniela de Almeida Raposo Torres, Lourival Batista de Oliveira Júnior
 142 e Adriano Porto Miglio (representando o Conselheiro Cláudio Gontijo), que relataram sobre os
 143 atrasos para a prestação contas do terceiro trimestre e exercício de 2015 do Conselho e fizeram
 144 algumas considerações sobre os resultados apurados pela contabilidade e que todo o procedi-
 145 mento para aprovação se dará no dia 12 de setembro, objetivando aprovação dos conselheiros
 146 e posterior encaminhamento urgente ao Cofecon.

147 **II-ORDEM DO DIA:**

148 **2.1. DISCUSSÃO/HOMOLOGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**

149 **2.1.1. REGISTROS PROFISSIONAIS DE PESSOA FÍSICA**

QUANT.	NOMES	Nº REGISTRO	Nº PROCESSO
01)	Gabriel Magalhães Rodrigues	8271	192/2016
02)	Graciele de Fátima Sousa	8272	195/2016
03)	Dyorge Veloso de Souza Luiz	8273	196/2016
04)	Thais Vieira Azevedo	8274	197/2016
05)	Elivelton Ferreira Cruz	8275	198/2016
06)	Rafael Cesar da Silva	8276	199/2016

157 **2.1.2. PROCESSO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO POR TRANSFERÊNCIA**

136 2016	Júlio Cezar Vicentin	8209	Deferido	22 08 2016	Pedro Paulo Pettersen
----------	----------------------	------	----------	------------	-----------------------

159 **2.1.2. PROCESSO DE SUSPENSÃO DE REGISTRO POR DESEMPREGO**

158 2016	Debora Cardoso	3821	Deferido	22 08 2016	Daniela Raposo
161 2016	Monica Moreira Rocha	4634	Deferido	22 08 2016	Daniela Raposo
162 2016	Leandro Edmar de Figueiredo	8068	Deferido	22 08 2016	Daniela Raposo
163 2016	Meire Shirley A. Leão de Aguiar	5718	Deferido	22 08 2016	Márcio Lana

164 **2.1.3. PROCESSO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO PELO EXERCÍCIO DE 165 OUTRA PROFISSÃO**

022 2014	Marilene Fabri	3671	DILIGÊNCIA	22 08 2016	Daniela Raposo
099 2015	Junia Maria Barroso Santa Rosa	4716	Indeferido	22 08 2016	Daniela Raposo
173 2015	Shirley Maria da Silva Resende	7709	Deferido	22 08 2016	Daniela Raposo
284 2015	Thiago Viani Ferreira	7382	Indeferido	22 08 2016	Lourival Oliveira Jr.
151 2016	Márcio Bambirra Santos	2637	Deferido	22 08 2016	Pedro Paulo Pettersen
154 2016	Marcelo Terra Americano	7503	Deferido	22 08 2016	Márcio Lana
155 2016	Priscilla F. Cardoso Elio	7809	Indeferido	22 08 2016	Márcio Lana
156 2016	Riciele de Faria Caçado	6783	Deferido	22 08 2016	Márcio Lana
157 2016	Lucas S.B. Teixeira Pinto	7484	Deferido	22 08 2016	Márcio Lana
159 2016	Raquel Brandão Magaldi Figueiredo	8041	Deferido	22 08 2016	Gustavo Aguiar Pinto
165 2016	Michelson Kairo Ribeiro Nogueira	6279	Deferido	22 08 2016	Gustavo Aguiar Pinto
168 2016	Pedro Henrique Magalhães Simões	7705	Deferido	22 08 2016	Vistas - Plenária
169 2016	Robson Weber Feijo	3518	Diligência	22 08 2016	Gustavo Aguiar Pinto
170 2016	Natalia Gomes Ibrahim	8038	Deferido	22 08 2016	Gustavo Aguiar Pinto
171 2016	Margareth Carvalho Leão	3370	Deferido	22 08 2016	Lourival Oliveira Jr.
179 2016	Ana Maria Resende	6812	Deferido	22 08 2016	Lourival Oliveira Jr.
180 2016	Guilherme C. Rodovalho Rodrigues Martins	7889	Deferido	22 08 2017	Lourival Oliveira Jr.

181 **2.2. FISCALIZAÇÃO:** O Plenário deliberou, por unanimidade, pela procedência do Auto de
182 Infração, tendo determinado a cobrança da penalidade pecuniária a fiscalizada relacionada na
183 tabela abaixo e inscrição da mesma em Dívida Ativa, que foi motivada pela convivência com o
184 exercício ilegal da profissão do Economista, ou seja, descumprimento da legislação vigente.
185 Decisão proferida em conformidade com o parecer/voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a):

	Processo Adm. n.º	Nome do(a) Fiscalizado(a)	Nº Cadastro	
186				
187	1)	5246/2016	Philips do Brasil Ltda.	02/2015
188	2)	5245/2016	Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais – FECOMERCIO	73/1999
189	3)	5249/2016	Prefeitura Municipal de Almenara	175/2006
190	4)	5261/2016	Precon Industrial S.A.	76/2011

192 O Plenário deliberou também, por unanimidade, pela procedência da defesa apresentada frente
193 ao Acórdão pela Pessoa Jurídica relacionada na tabela abaixo, tendo determinado a baixa da
194 penalidade pecuniária(multa), decisão proferida em conformidade com o parecer/voto do(a)
195 Conselheiro(a) Relator(a).

	Proc. Adm. n.º	Nome do(a) Fiscalizado(a)	Nº Cadastro	
196				
197	1)	5247/2016	Precon Engenharia S.A.	09/2015

198 Por outro lado, a Assessora Técnica, Dra. Gabriela Ferrari Veras, OAB/MG 96.887, emitiu
199 parecer julgando procedentes os processos abaixo relacionados e o(a) Conselheiro(a) Lourival
200 Batista de Oliveira Junior, relatou todos os processos, aprovando os pareceres da Assessoria
201 Técnica. Apresentados para votação foram aprovados por unanimidade pela Plenária. Em
202 seguida, o Sr. Presidente, aprovando a decisão da Plenária, determinou que a fiscalização
203 proceda a inscrição no livro de dívida ativa, os débitos de responsabilidade do(s) econo-
204 mista(s)/empresas relacionados a seguir:

Registro	Nome do profissional/empresa	Proc. Adm.	
205	D 1884	ALÍPIO GOMES FILHO	5093/2015
206	C 3013	SOLANGE CONSTANT RODRIGUES	5081/2015
207	D 3230	CARMEN DE ALMEIDA NAVES	5082/2015
208	D 5601	LINDOMAR GONCALVES CABRAL	5083/2015
209	D 6332	MARCELO CALDEIRA CABRAL	5084/2015
210	D 6653	RODRIGO FONTENELLE DE ARAUJO MIRANDA	5086/2015
211	D 6851	ROSALVA FLORES FERNANDES LEANDRO	5087/2015
212	D 7142	ROZINY GONÇALVES DE ANDRADE JUNIOR	5088/2015
213	D 7376	PAULO VICTOR LIMA OLIVEIRA	5089/2015

214 ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos,
215 para os quais, eu, Loir Vasconcelos, Gerente Executivo redigi a presente ATA, que depois de
216 lida e considerada conforme, vai assinada pelos conselheiros presentes, pelo Senhor Presidente,
217 pelo Gerente Executivo e Assessora Técnica. Sala das Sessões, 22 de Agosto de 2016.

218
219
220 Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
221 Presidente

Pedro Paulo Pettersen
Vice-Presidente

Adriano Miglio Porto
Conselheiro

222
223
224
225 Daniela Almeida Raposo Torres
226 Conselheira

Gustavo Aguiar Pinto
Conselheiro

Lourival Batista de Oliveira Jr.
Conselheiro



229
230 Márcio Lana da Silva
231 Conselheiro
232
233
234 Loir Vasconcelos
235 Gerente Executivo

Paulo Roberto Paixão Bretas
Conselheiro

Gabriela Ferrari Veras
Assessora Técnica